

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Folha de São PauloClass.: 43Data: 19 de abril de 1982

Pg.: _____

A CVRD quer explorar o manganês de Carajás

BRASÍLIA — A CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) está interessada em explorar o manganês de Carajás, não se dispondo a negociar os direitos de lavra das reservas desse minério com investidores privados. Ela argumenta que como é sua responsabilidade a implantação da infraestrutura necessária à região-programa, que vai lhe custar cerca de 5 bilhões de dólares, passa a ser economicamente interessante a exploração das minas de manganês, avaliadas num total de 56 milhões de toneladas, e cujo teor é de cerca de 40%.

O assunto vai ser examinado no próximo dia 28, data da próxima reunião do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás. É a primeira reunião sob a orientação de Nestor Jost, recentemente empossado no cargo de secretário-executivo do órgão, no lugar de Oziel Carneiro, que foi exonerado, a pedido, para concorrer ao governo do Pará. Um outro tema que concentrará a atenção dos membros do conselho (presidido pelo ministro Delfim Neto, do Planejamento, e composto pelos ministros das Minas e Energia, Transportes, Indústria e Comércio, Fazenda, Interior, Agricultura e Trabalho) é o que trata do arrendamento de terras na região.

Até agora duas empresas nacionais são candidatas à exploração do manganês de Carajás: a Caemi, do grupo Azevedo Antunes, e a Construtora Camargo Corrêa. Essas duas empresas já mantiveram contato com a Companhia Vale do Rio Doce para negociar o direito de lavra das três minas existentes na região. Agora, entretanto, a CVRD, segundo informações de qualificados técnicos da Seplan, está querendo ela própria realizar a exploração do mineral.

Essa posição da empresa poderá ser acatada pelo Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás. Argumenta-se no Ministério do Planejamento, que a CVRD tem o direito legítimo de pensar assim, uma vez que é ela que está construindo os 890 quilômetros de ferrovias, que li-

gam a Serra dos Carajás ao porto de Itaqui, localizado junto a São Luís, no Maranhão; é ela que está construindo ou ampliando os portos marítimos de Itaqui e Ponta da Madeira, em São Luís, e o porto fluvial de Barbacena, no rio Pará, próximo a Belém; e é através desse conjunto de obras que se vai escoar o manganês para os mercados externos e também interno.

As jazidas de manganês da região de Carajás estão localizadas na Serra do Sereno (município de Marabá, na bacia do rio Itacaúnas), na Serra de Buritirama (nos municípios de Marabá e Itupiranga, também na bacia do rio Itacaúnas), e no Igarapé Azul (na Serra dos Carajás). As reservas de Sereno estão avaliadas em 5 milhões de toneladas, com teor médio de 39 por cento; as de Buritirama são da ordem de 11 milhões de toneladas, com teores de manganês variando entre 30 e 40%; e os depósitos do Igarapé Azul estão avaliados em 40 milhões de toneladas, com teores variando entre 10 e 50%.

O manganês do programa Grande Carajás pode atender encomendas do mercado internacional por 25 anos. O governo não deseja exportar o minério em sua forma bruta e sim transformado em ferro-liga manganês, em função do seu maior valor agregado. Essa posição é classificada como definitiva. Há poucos dias Nestor Jost observava que "não há intenção de exportar o minério, mas sim de estabelecer uma metalurgia de manganês, cujos produtos serão exportados".

As terras de Carajás serão cedidas por arrendamento, e jamais vendidas. Essa é a posição defendida pelo novo secretário-executivo do programa. A preferência será dada às empresas nacionais. Na reunião do dia 28, os membros do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás deverão definir um projeto de lei regulamentando a posse de terras na área. Sabe-se que há um consenso, na área governamental, em favor do arrendamento por 30 anos renováveis.